

A IMPRENSA PERIÓDICA EDUCACIONAL E AS FONTES PARA A HISTÓRIA DA CULTURA ESCOLAR BRASILEIRA*

Cynthia Pereira de Sousa**

Denice Barbara Catani***

“Dentre as dificuldades que cercam a produção de estudos históricos sobre a educação brasileira, a questão do acesso às fontes aparece como uma das mais importantes. Na maioria das vezes dispersas, quando são acessíveis ao trabalho de um pesquisador essas fontes tendem a ser coletadas com vistas a apenas um tipo de investigação e constituir material de uso individual que, para servir a novas pesquisas, quase sempre deve ser objeto de novo tipo de coleta. Além disso, a própria falta de divulgação sobre a localização dos materiais, torna ainda mais atomizado e fragmentário o processo”. Essas constatações integram a proposta de implantação de uma área denominada “Escola, Memória Histórica e Produção Pedagógica”, no âmbito do projeto de criação de uma Central de Documentação para a Pesquisa em Educação que está definida no Plano Diretor de Pesquisa da Faculdade de Educação (1992/1994 – Projeto USP-BID II).

A perspectiva de trabalho com a chamada “imprensa periódica educacional”, tal como a apresentamos aqui, deve contribuir para a superação dessas limitações de acesso aos dados, na medida que se propõe à organização de repertórios, catálogos e guias de referências nos quais a sistematização das informações acerca

* Este artigo foi apresentado no Grupo de Trabalho de História da Educação durante a 15ª Reunião Anual da ANPEd realizada em Caxambu, Minas Gerais, em setembro de 1992. A utilização do termo “cultura escolar brasileira” é feita aqui na acepção originalmente apresentada no texto que acompanha o projeto USP/BID I – Faculdade de Educação – Pesquisa Institucional, de autoria de José Mário Pires Azanha. Este está publicado sob o título Cultura Escolar Brasileira – um programa de pesquisas. *Revista USP*, 8, dez./jan./fev., p. 65-9, 1990-1991.

** Professora do Depto. de Filosofia da Educação e Ciências da Educação da Faculdade de Educação/USP.

*** Professora do Depto. de Metodologia do Ensino e Educação Comparada da Faculdade de Educação/USP.

das produções elaboradas por e para professores é feita de modo a prestar-se a múltiplas utilizações em trabalhos de vários pesquisadores.

Pierre Caspard em sua obra *La presse d'éducation et d'enseignement* define a imprensa do ensino como "o conjunto de revistas que, destinadas aos professores, visam principalmente a guiar a prática cotidiana de seu ofício, oferecendo-lhes informações sobre o conteúdo e o espírito dos programas oficiais, a condução da aula e a didática das disciplinas. Essa imprensa constitui um elo indispensável no conhecimento do que tem sido, durante quase dois séculos (no caso francês), o sistema de ensino, já que ela representa, por vezes, o espaço onde se desdobra e o ponto no qual se concentra todo um conjunto de teorias e práticas educativas de origem tanto oficial quanto privada"¹.

Nesse sentido há, pelo menos, duas diretrizes para o trabalho com e a partir da imprensa pedagógica periódica: de um lado, o estabelecimento de repertórios destinados a informar sobre o conteúdo dos periódicos, classificando-os, organizando seu índice temático e registrando seu ciclo de vida. Tais repertórios fornecem materiais básicos: dados de partida que permitem a localização de informações para pesquisas sobre a história da educação, das práticas escolares ou do sistema de ensino. Evidentemente, a partir daí, uma outra diretriz de trabalho se configura e o estudo dos próprios periódicos permite situar movimentos de grupos de professores, mapear diferentes atuações, detectar disputas e, assim, explicitar em parte o funcionamento do campo educacional².

Vinculado a essa segunda diretriz, o estudo da produção dos periódicos fornece quase sempre farto material acerca das práticas escolares e do ensino específico de disciplinas, oferecendo assim a possibilidade de se estabelecer um dos elos da história das práticas e das disciplinas escolares. Desta forma, o estudo da imprensa periódica especializada em educação pode trazer elementos extremamente úteis para a compreensão histórica do sistema de ensino e colocar novas questões acerca da "cultura escolar brasileira".

Estudos sobre a imprensa periódica educacional têm sido desenvolvidos na Faculdade de Educação da USP incidindo sobre a análise dos periódicos paulistas. O exame do caso paulista é, aliás, ilustrativo das potencialidades dessa linha de

1. CASPARD-KARYDIS, P. et al. *La presse d'éducation et d'enseignement – XVIII^e siècle/1940*. Paris, INRP/Éditions du CNRS, 1981, p. 8. T. I, A-C.
2. Utilizamos aqui a noção de *campo*, no sentido definido por P. Bourdieu, ou seja, enquanto espaços nos quais as posições ocupadas pelos agentes definem-se em função dos objetos que estão em disputa e dos interesses envolvidos, acabando por gerar modalidades específicas de organização e de sobrevivência internas, que funcionam como reguladoras da produção e das relações no próprio campo. Nesse sentido, o sistema escolar constitui um campo no qual a produção e a divulgação dos conhecimentos participam como instauradoras. Ver a respeito, entre outros: BOURDIEU, P. *Quelques propriétés des champs*. In: *Questions de Sociologie*. Paris, Minuit, 1980. p. 113-120; Campo do poder, campo intelectual e *habitus* de classe e sistemas de ensino e sistemas de pensamento. In: MICELI, Sérgio, org. *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo, Perspectiva, 1974.

investigação. Em São Paulo, o surgimento das revistas especializadas em educação ocorre no final do século XIX, por iniciativa de grupos de professores interessados em fazer circular informações sobre o trabalho pedagógico e o aperfeiçoamento das práticas docentes. Esses primeiros ensaios de criação dos periódicos educacionais no início do século XX coincidem com tentativas de organização da categoria do magistério que, naquele momento, buscava articular sua luta pela valorização da profissão, condições de trabalho, qualidade do ensino, reivindicações salariais e aperfeiçoamento do sistema. Assim, a análise das produções divulgadas pelos periódicos permite mostrar as configurações assumidas por esses empreendimentos dos docentes³.

O estudo da imprensa pedagógica periódica, no caso paulista, evidencia que já em 1893 os professores criam uma revista para divulgar os assuntos de seu interesse. Embora se tenha notícia de outras tentativas, de menor regularidade e duração, pode-se estabelecer um primeiro mapeamento dos periódicos paulistas de maior circulação, na forma que se segue:

1893 – 1897: *A Escola Pública* (editada por iniciativa de um grupo de professores, sofre várias interrupções e em alguns momentos conta com o apoio do Estado).

1896 – 1897: *Revista do Jardim de Infância* (editada por Gabriel Prestes destinava-se à divulgação dos métodos e materiais de educação pré-escolar utilizados no Jardim de Infância anexo à Escola Normal).

1902 – 1918: *Revista de Ensino* (da Associação Beneficente do Professorado Público de São Paulo e que, durante a maior parte do seu ciclo de vida, foi subvencionada pelo Estado).

1925 – 1927: *Revista Escolar* (da Diretoria Geral da Instrução Pública).

1927 – 1961: *Revista Educação* (da Diretoria Geral do Ensino, posteriormente Secretaria da Educação; esta revista foi editada com algumas interrupções e durante algum tempo com o título de *Escola Nova*).

Estudos sobre a imprensa paulista como o de Freitas Nobre (*História da Imprensa de São Paulo*. São Paulo, Ed. Leia, 1950) e de Afonso A. de Freitas (*A imprensa periódica de São Paulo desde os seus primórdios em 1823 até 1914*. São Paulo, Tipografia do Diário Oficial, 1915) apontam a existência de várias publicações anteriores a 1893, mas que não constituem exatamente periódicos educacionais. Alguns são jornais criados por iniciativa de alunos (como *O Colegial*, 1880, Piracicaba ou *O Cometa*, 1886, órgão dos alunos da Escola Neutralidade); outras são revistas de cultura que apenas incluem, entre seus outros temas, a questão

3. Tal análise pode ser encontrada em CATANI, D.B. *Educadores à meia-luz: um estudo sobre a Revista de Ensino da Associação Beneficente do Professorado Público de São Paulo, 1902/1918*. São Paulo, 1989. Tese (Doutorado) Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo.

educacional (tal é o caso da *Revista dos Novos*, dirigida por José Feliciano de Oliveira, 1885). Outros, ainda, são apontados como de iniciativa de professores, mas sobre os quais ainda há poucas informações (é o caso da *Revista Moderna*, caracterizada como "mensário noticioso, pedagógico e literário" publicado em 1892).

No que tange às publicações propriamente pedagógicas, a partir de *A Escola Pública* (1893), vários trabalhos têm sido desenvolvidos na Faculdade de Educação, no âmbito da disciplina "A produção de questões sobre ensino e a constituição do campo educacional", em nível de pós-graduação, na qual o exame da imprensa periódica educacional paulista constitui um fio condutor da tentativa de explicitação do processo de organização do espaço profissional do magistério. Dentre os trabalhos já realizados ou em fase de elaboração contam-se aqueles que estabelecem o ciclo de vida de revistas como a *Revista Escolar*, *Cadernos de Pesquisa* (Fundação Carlos Chagas), *Revista Educação* e outras. Além disso, pesquisas que buscam sistematizar informações sobre temas específicos de modo a subsidiar análises mais abrangentes têm sido realizadas sobre: o ensino da psicologia em São Paulo na Primeira República, a educação pré-escolar nos periódicos, o ensino técnico, a educação física, o ensino de leitura, de aritmética etc. Tais trabalhos, longe de se considerarem exaustivos com relação aos seus objetos, pretendem configurar-se como mapeamentos de fontes que permitam interpretações sobre os processos de constituição e funcionamento de diferentes instâncias do campo educacional: produção de conhecimentos para formação de professores (saberes pedagógicos), práticas escolares, história das disciplinas e da cultura escolar brasileira⁴.

Um caso de estabelecimento do ciclo de vida e análise de um periódico paulista nos permitiu elucidar aspectos significativos do momento de organização profissional dos professores paulistas na Primeira República. Trata-se do exame da *Revista de Ensino*, da Associação Beneficente do Professorado Público de São Paulo (1902-1918), entidade que chegou a congregar, em 1907, cerca de 700 associados. O trabalho que consistiu em tese de doutorado (Catani, D.B. *Educadores à meia-luz: um estudo sobre a Revista de Ensino da Associação Beneficente do Professorado Público de São Paulo (1902-1918)*, além da análise interna das produções da revista, reconstrói o movimento dos professores, suas reivindicações salariais e por condições de trabalho, ao mesmo tempo em que explicita as características da ação do Estado na organização dos serviços de ensino (a Inspeção da Instrução Pública, os *Anuários de Ensino*, o trabalho de orientação pedagógica, a fiscalização etc). Analisa-se também as relações entre o grupo profissional dos professores e o Estado empre-

4. Além desses trabalhos citados, no nível de *iniciação científica* estão se desenvolvendo também análises que privilegiam periódicos paulistas até a década de 30: ciclo de vida e exame das produções com a elaboração dos respectivos guias. Trata-se de investigações realizadas por alunas do Curso de Pedagogia da FEUSP com o auxílio da FAPESP.

gador que, no período, aparece ora como sombra protetora, ora como imposição efetiva dependendo da atuação mais ou menos crítica da categoria.

Um exemplo de utilização de periódicos educacionais e culturais veiculados pelo laicato católico pode ser visto na análise que privilegiou o estudo sobre a família, a mulher e a prole na época de Getúlio Vargas (Vilhena, C.P.S. *Família, mulher e prole: a doutrina social da Igreja e a política social do Estado Novo, 1930/1945* – tese de doutoramento). Um dos periódicos mais importantes, a revista *A Ordem*, foi criado em 1921 no Rio de Janeiro e funcionou como porta-voz do Centro Dom Vital, constituindo-se ambos em balizas exemplares da fase inicial de organização do laicato católico e em tentativas bem sucedidas de atrair as elites intelectuais para a causa da Igreja Católica no Brasil. Os vários movimentos leigos, originados dos esforços no sentido da recristianização da sociedade brasileira, são reunidos sob a égide da Ação Católica Brasileira, oficializada em 1935 e estimulada diretamente pelo Papa Pio XI. Três anos mais tarde, essa entidade inicia uma publicação mensal com o estatuto de órgão oficial da Ação Católica Brasileira: um “boletim” intitulado *Ação Católica*, sob a direção de Alceu Amoroso Lima. Objetivando “pregar a reação” contra a mediocridade e o indiferentismo religioso, o boletim possuía várias seções, entre elas a de cinematografia (para a “classificação moral” dos filmes exibidos no Rio de Janeiro) e a do Secretariado de Educação, com comentários e orientações de cunho moral sobre os conteúdos de livros oferecidos no mercado editorial. Outro exemplo é o do boletim que os professores católicos do Distrito Federal, organizados em associação, começam a publicar. A repercussão foi tão positiva que gerou criações similares em outros estados surgindo, desta forma, em 1934, a *Revista Brasileira de Pedagogia*, órgão oficial da Confederação Católica Brasileira de Educação, com o objetivo de dar cobertura e divulgação às iniciativas desenvolvidas pelos estabelecimentos escolares e pelos professores que tinham aderido à Confederação (congressos, reuniões, conferências, artigos sobre ensino e educação, listas de colégios católicos, notícias de cursos de aperfeiçoamento, estatutos da Confederação, consultas de assinantes etc).

Embora estudos como estes, na área de história da educação, estejam sendo efetivados com a utilização de revistas pedagógicas e de cultura, a organização sistemática e o estabelecimento dos ciclos de vida dos periódicos, no caso paulista, ainda estavam por ser realizados⁵.

5. Análises muito férteis acerca de revistas especializadas em cultura podem ser encontradas nos trabalhos de PEREIRA, Mônica de S. Gouveia França. *Anhembi: criação e perfil de uma revista de cultura*. São Paulo, IDESP/Inst. de Est. Econ., Soc. e Polit. de São Paulo, 1987. (História das Ciências Sociais, 2) e LIMONGI, Fernando Papaterra. *Marxismo, nacionalismo e cultura: Caio Prado Jr. e a Revista Brasiliense. Revista Brasileira de Ciências Sociais*, n. 5 v. 2, out. 1987. Sobre uma análise de revista religiosa *A Família Cristã*, publicação mensal das Edições Paulinas, ver o trabalho de PRANDI, José Reginaldo. *Catolicismo e família: transformação de uma ideologia. Cadernos CEBRAP*, n. 2, 1974.

No momento, o trabalho que estamos realizando intitula-se *Imprensa periódica educacional paulista (1880-1990)* e propõe o levantamento de toda a imprensa periódica especializada em educação publicada em São Paulo desde o seu surgimento, nos anos iniciais da República, até hoje. Trata-se, numa primeira etapa, de estabelecer o ciclo de vida dos periódicos utilizando para tanto um padrão próximo ao estabelecido por Pierre Caspard e colaboradores em trabalho desenvolvido no INRP (Institut National de Recherche Pédagogique, Paris) e, a partir daí, organizar um catálogo que possa funcionar como fonte de referência para os pesquisadores da área. Esse catálogo fornecerá os dados mais importantes sobre as temáticas, editores e colaboradores.

Essa etapa inicial deverá ser complementada, desdobrando-se em análises específicas sobre a temática dos saberes pedagógicos e da formação feminina, gerando também guias de fontes sobre essas questões, e contribuindo na direção da superação das deficiências de acesso às fontes que ainda caracterizam a pesquisa em educação no Brasil.

O exame da questão formação de professores/saberes pedagógicos na imprensa periódica educacional visa estabelecer uma sistematização das informações sobre essa temática nas revistas de modo a permitir que se analise a especificidade das relações entre os saberes divulgados com vistas à formação e ao aperfeiçoamento docente, às práticas de divulgação e à organização do espaço profissional dessa categoria de agentes.

A questão da formação/educação feminina nas produções da imprensa periódica educacional deverá permitir a apreensão das características dos discursos que veiculam representações e prescrições sobre a educação da mulher. Tal estudo permitirá análises férteis sobre as determinações presentes nos modelos que orientam práticas escolares especialmente destinadas à formação feminina.

Tomamos novamente aqui, como exemplo, a *Revista Brasileira de Pedagogia*, porta-voz da Confederação Católica Brasileira de Educação e que, embora publicada no Rio de Janeiro, oferece importantes pistas que pretendemos buscar nas similares paulistas.

Compõe-se ela de várias seções – Lições e Métodos, Psicologia Educacional, Sociologia Educacional, Debates sobre a Escola Nova, Metodologia e Didática, Legislação do Ensino, Ação Social, Psicologia Infantil, Política Educacional – seções estas variáveis, dependendo das colaborações que chegavam para publicação. Artigos sobre a arte de ser dona de casa, sobre o esporte ideal para a mulher, sobre a alma feminina ilustram modelos de formação feminina. Duas outras seções, entretanto, aparecem em todos os números pesquisados – “Consultas” e “Literatura Pedagógica”. As consultas de leitores evidenciam preocupações no sentido de que a revista, que se reveste como órgão autorizado, aconselhe e indique leituras apropriadas e adequadas às meninas e moças, principalmente aquelas que não se

constituem em peño à sua boa formação. As consultas, às vezes, descem a detalhes sobre livros, cuja leitura pode ser autorizada em parte ou integralmente.

Na seção de Literatura Pedagógica, além de resenhas e críticas a obras pedagógicas do mercado editorial, um dado significativo pode ser colhido – a promoção de um inquérito sobre leituras, a partir de experiência levada a efeito no Colégio Jacobina por um grupo de alunas desse estabelecimento carioca. A revista toma a si a tarefa de disseminar esse inquérito entre os colégios confederados, organizando “um movimento em prol da boa leitura” e recenseando as obras lidas por estudantes dos cursos primário e secundário desse colégio, para estimular a campanha. Nesse inquérito do Colégio Jacobina, M. Delly foi a autora mais votada pelas alunas do curso secundário.

Conforme já se mostrou, o trabalho que estamos propondo com os periódicos deverá ensinar a organização dos dados básicos em catálogos e guias, ao mesmo tempo em que propicia material para análise das diversas configurações dos discursos sobre educação e dos saberes pedagógicos, enquanto manifestação do processo de estruturação do espaço profissional do magistério. Assim, nossa atenção estará voltada tanto para os periódicos oficiais ligados ao Estado, quanto para os de iniciativa particular, de entidades, associações ou grupos, pois entendemos que as produções aí divulgadas constituem instâncias privilegiadas para a compreensão das orientações legais e também da leitura que os especialistas fazem dessas mensagens, na medida que as traduzem em recomendações para atuação cotidiana dos professores. Pierre Caspard, aliás, considera que é essa própria forma de tradução das medidas legais que se torna elucidativa da “adesão dos professores aos valores propostos pelo Estado, tanto quanto em sentido inverso do grau de conformidade dos textos oficiais às aspirações e à ideologia próprias do corpo docente”⁶. Uma tal possibilidade de interpretação, evidentemente, abre novas perspectivas de estudo da cultura escolar e do campo educacional, a partir da imprensa periódica especializada.

6. CASPARD-KARYDIS, P. *et al.* *Op. cit.* p. 8.